

# INFLAÇÃO

A inflação é um dos principais termômetros econômicos na sociedade e parâmetro das condições de oferta da economia. Nesse sentido, os processos inflacionários indicam corrosão do poder de compra dos indivíduos e dificultam o horizonte de previsão dos agentes econômicos.

A injeção de liquidez no cenário mundial como medida para mitigar os efeitos da pandemia gerou inflação de demanda em nível mundial. No Brasil, a situação se soma a outros problemas e preocupa o mercado. Como termômetro para o mercado, o relatório Focus do Banco Central estima um Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de 9,17% em 2021. Em setembro de 2021 o IPCA acumulado no ano chegou a 6,90%, ao passo que nos últimos 12 meses o IPCA acumulado já ultrapassou 10%.

A disparada nos preços brasileiros colocou o país em terceiro lugar no *ranking* de inflação na América Latina, perdendo apenas para Argentina e Haiti. Quando comparado com o restante do mundo, os preços de produtos e serviços no Brasil devem encerrar o ano de 2021 maiores do que em 159 países – ou 83% das nações, de acordo com levantamento do Ibre/FGV. Nos Estados Unidos, maior potência mundial, a inflação chegou a 5,4% no acumulado de 12 meses. Em resposta, o Federal Reserve (Fed) começará a desacelerar o extraordinário auxílio econômico que tem sido oferecido desde o início da pandemia.

O IPCA, calculado pelo IBGE, medida de inflação oficial adotada pela autoridade monetária no Brasil, foi instituído com o objetivo de medir a variação nos preços referentes ao consumo pessoal de famílias com renda entre 1 e 40 salários-mínimos, ou seja, abrange mais de 90% das famílias residentes em áreas urbanas

inseridas no SINPC<sup>1</sup>. No que se refere ao Índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M), é uma medida mais abrangente e engloba diversas etapas de uma cadeia produtiva. No ano o IGP-M acumula alta de 16% em 2021 e 24,86% no acumulado de 12 meses. Esse aumento do índice impacta diretamente nos contratos imobiliários, sobretudo os contratos de locação de imóvel.

Desde 2020, a inflação brasileira vem sofrendo forte pressão da alta nos preços dos alimentos, explicado pela valorização das *commodities*. A desvalorização do Real impulsionou as exportações provocando desabastecimento no mercado interno e impactando mais fortemente o IGP-M. Na área fiscal, as incertezas ainda pairam sobre o cumprimento do teto de gastos. Tais fatores somados à crise político institucional, ao aumento nos preços dos combustíveis e à atual crise hídrica, e inflação de custo, agravam o quadro inflacionário.

A política monetária brasileira está baseada em um sistema de metas para inflação, sendo a Selic (taxa básica de juros da economia) um dos elementos centrais de combate à inflação. A lógica é quanto mais recursos disponíveis, maior a tendência de consumo, com a demanda aquecida a subida dos preços é natural. E é aí que entra a Selic como controle do volume de recursos em circulação, impactando no crédito, consumo e investimentos. Atualmente, a Selic está em 7,75%, com expectativa de fechar o ano em 9,25% (Focus).

Embora a aceleração da inflação seja um fenômeno que impacte negativamente toda a sociedade, é preciso destacar seu comportamento heterogêneo no que tange ao resultado observado para diferentes faixas de renda. Na atual conjuntura nacional, as famílias de baixa rendas sofrem mais pelo aumento da inflação. Conforme análise do IPEA, a inflação acumulada observada no subgrupo de famílias com renda muito baixa foi de 11%, no acumulado de 12 meses, 2,1 pontos percentuais

---

<sup>1</sup> Atualmente, compõem a abrangência geográfica do SINPC as Regiões Metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Goiânia e Brasília.

maior que a registrada na classe de renda mais alta (8,9%), no mesmo período. Além disso, cabe pontuar que os componentes de maior impacto sobre a inflação também variam de acordo com a faixa de renda. No caso das famílias de baixa renda, além dos aumentos nos preços dos alimentos no domicílio – carnes (24,9%), aves e ovos (26,3%) e leite e derivados (9,0%) –, os reajustes de 28,8% da energia e de 34,7% do gás de botijão explicam grande parte da alta inflacionária em doze meses. Já para as famílias de renda mais elevada, a inflação acumulada no período reflete, sobretudo, as variações de 42,0% dos combustíveis, 56,8% nas passagens aéreas, 14,1% nos transportes por aplicativo e de 12,1% dos aparelhos eletroeletrônicos.

Em suma, a inflação pode ser resumida em quatro tipos principais: de custos, de demanda, inercial e estrutural. A inflação de custos, também como conhecida como inflação da oferta, ocorre quando do aumento dos custos de produção, a exemplo da matéria-prima, mão-de-obra, fontes de energia, encargos, entre outros, o que resulta na redução do incentivo à produção. Por outro lado, a inflação de demanda se resume no aumento da procura por determinado produto/serviço não acompanhado pela oferta, ou seja, quando a procura é maior que a oferta é natural que ocorra o aumento nos preços. A inflação inercial é motivada pela especulação de mercado e se remete à memória inflacionária, ou seja, não está ligada à oferta e demanda, mas sim à perspectiva de inflação. A inflação estrutural é ligada à ineficiência da estrutura produtiva da economia, como falhas que resultam numa produção inferior à demanda.

**Boletim de Análise de Conjuntura**  
**Edição 003 – Em 04 de novembro de 2021.**

Núcleo de Inteligência e Assuntos Estratégicos – ADECE  
Helena Martins Teófilo  
José Sydrião de Alencar Junior  
Letícia da Silva Feitosa  
Mauricio Cabrera Baca